



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 4 - 2021/2025

Data da Sessão : 27 de abril de 2022

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 12:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Vera Lúcia Marques da Silva, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, César Augusto Mendes Dias, Catarina Alexandra Martins, Miguel Lopes Marques, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Andreia Alexandra Valério Baço, António Vicente Alves Reis, Margarida Martinho, José Casimiro, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas:

Luís Filipe Aparício Lopes, Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires
Carla Isabel Silva Loureiro

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 4 - 2021/2025

24 de abril de 2022

-----INICIO-----

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do art.º 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**
- 2. Eleição dos representantes das Freguesias para a Comissão de Gestão de Fogos Florestais;**
- 3. Eleição dos representantes das Freguesias para o Conselho Municipal de Educação;**
- 4. Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2021;**
- 5. Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas;**
- 6. Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Consulta Prévia para o Fornecimento Continuado de Gás propano a Granel – Lote 3 – ao Abrigo do Acordo – Quadro da CIMT;**
- 7. Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Circuitos por Lotes destinados ao Transporte de Alunos – Ano letivo 2022/2023;**
- 8. Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga;**
- 9. Análise dos documentos da Prestação Anual de Contas 2021 -
TEJO AMBIENTE**

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação do vogal Miguel Lopes Marques, com o Cartão de Cidadão nº 15171893, válido até 14 de maio de 2022, que substitui o vogal Rogério Paulo Marques de Matos, que justificou a sua fala em devido tempo e foi também instalada a vogal Margarida Isabel

Mendes Martinho com o Cartão de Cidadão nº 10757272, válido até 20 de maio de 2030, que substitui o vogal Rogério Paulo Marques de Matos, que justificou a sua falta em devido tempo.

Faltaram ainda a vogal Carla Isabel Silva Loureiro, que justificou a sua falta em devido tempo e foi substituída pelo vogal António Vicente Alves Reis e o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão de fevereiro de 2022.

Posta à votação, a acta foi aprovada com duas abstenções.

Em seguida deu conhecimento aos presentes, da correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A vogal Carla Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção agradecendo à Câmara a limpeza do estradão florestal do Alto do Poio, Rouqueira e a cedência da carrinha. Continuou referindo que, relativamente à necessidade de limpeza na freguesia de Carvoeiro, conforme já deu conta ao Sr. Presidente da Câmara, deixa a indicação que, da Ponte do Aziral até ao cruzamento do Carvoeiro a erva está muito alta e a necessitar de ser cortada naquele local. Termina solicitando informação sobre se já há novidades relativamente à ETAR de Carvoeiro.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação sobre para quando se prevê a conclusão das obras de requalificação das piscinas descobertas e também se a prancha de saltos da mesma será para manter.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção felicitando a Câmara pela obra de requalificação do Cine Teatro Municipal, considerando que aquele é agora um equipamento que deixa todos orgulhosos pois tem muita qualidade. Deixou uma palavra de felicitações a todos os intervenientes naquela obra pois foi muito bem conseguida e veio enriquecer muito Mação. Continuou a sua intervenção referindo que no dia 1 de abril de 2022 concretizou-se a transferência de competências, na área da Educação, da Administração Central para a Câmara Municipal de Mação. Mais referiu que a sua posição não é surpresa para ninguém, sempre foi contra este processo, da forma como

o mesmo foi feito mas fará tudo o que estiver ao seu alcance para agilizar e facilitar o processo.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção solicitando informação sobre possibilidade de ampliação das instalações da creche, se já há alguma previsão nesse sentido e que resposta dará essa ampliação pois considera inadmissível estarmos num território de baixa densidade populacional, onde os números da natalidade são baixos, estarmos a falar de falta de lugar para as crianças na creche, e considera necessário dar essa resposta a esta população jovem que tanto interessa fixar no nosso concelho. Continuou a sua intervenção referindo que, em consequência da guerra da Ucrânia se verifica um aumento da inflação, nomeadamente nos combustíveis e solicita informação sobre se está previsto a Câmara atribuir algum apoio extraordinário aos Bombeiros e às Associações do Concelho, pelo menos nesta fase mais crítica do aumento dos combustíveis. Continuou a sua intervenção felicitando a Câmara pela excelente obra de requalificação do Cine Teatro Municipal, considerando que o concelho ficou mais rico e agora é necessário que haja uma agenda cultural que vá de encontro à excelente capacidade daquele equipamento. Terminou referindo que fazia sentido que a Câmara tivesse um pelouro dedicado à coesão territorial dentro concelho pois já se tem falado muitas vezes do interior do concelho e considera que a Câmara devia ter também medidas locais para fixação das pessoas no interior do concelho.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção felicitando o executivo municipal pela obra de requalificação do Cine Teatro Municipal que é agora um equipamento de excelência, uma obra bem feita e com bom gosto. Continuou a sua intervenção referindo que reparou que foram recentemente substituídas as placas dos estradões florestais conjuntamente com a recuperação dos mesmos, mas parece-lhe que quem colocou as placas não conhecia o território pois existem algumas que estão trocadas e considera que seria importante rever essa situação para que as placas não causem confusões quando o seu uso for necessário. Mais referiu que considera que seria também importante que fossem retiradas as antigas placas, ardidadas, que não foram retiradas e, estando as novas, as outras já não fazem sentido. Continuou a sua intervenção referindo as cartas enviadas pela Tejo Ambiente às IPSS, Associações do

Concelho e Juntas de Freguesia e considera que é muito grave o teor das mesmas, pois insinuam que os diretores destas entidades andam a roubar água e como a situação está controlada com a Câmara e essas entidades, questiona se, quando houve a passagem para a Tejo Ambiente este assunto foi ou não abordado e esclarecido entre a Câmara e a Tejo Ambiente. Pediu a ajuda da Câmara, pois se o assunto foi esclarecido, não se justifica estar agora o Diretor Geral da Tejo Ambiente a mandar cartas “chapa 5” a toda a gente, uma carta de mau gosto e com insinuações que não são verdadeiras. Deixa um apelo à Câmara para, com esta situação resolvida, agora com o consumo controlado, que a Câmara possa assumir algum apoio a estas entidades, nomeadamente as IPSS, que poderão ter um encargo brutal com a água e já estão a suportar a eletricidade e os combustíveis mais caros. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à urbanização junto à Escola, veio recentemente a esta Assembleia um plano de entrega dos lotes da urbanização aos proprietários mas, recentemente temos visto as máquinas e os trabalhadores da Câmara a fazerem obras naquele local pelo que solicita informação sobre o motivo daquelas obras, uma vez que os lotes deveriam ser entregues aos proprietários. Relativamente às infraestruturas que tinham sido feitas naquela urbanização há cerca de 18 anos, e que se encontram danificadas, nomeadamente a eletricidade, questiona se há obrigação da Câmara de corrigir o que estiver danificado. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à habitação no concelho de Mação, considera que faz falta um gabinete para as questões da habitação no nosso concelho pois tem havido uma procura bastante grande de habitação, temos notado, e os Censos também o mostraram, que existem muitas habitações desocupadas, mas depois há muito pouca habitação para arrendamento. Deixa o desafio à Câmara para fazer algo neste sentido. Termina a sua intervenção referindo que, aquando da negociação do contrato do Parque Eólico, a Câmara anunciou que haveria contrapartidas para apoio às populações e, pouco tempo depois disso, esteve reunido com o Sr. Presidente da Câmara e pediu-lhe a atenção para que alguma dessa verba pudesse ser investida na zona do Castelo, com uma atenção especial com as levadas do Castelo, e o Sr. Presidente acolheu com carinho a ideia e concordou que era justo que assim fosse, o que o deixou agradado pois aquele local tem muito potencial turístico, com toda a

envolvência das rotas e da recuperação do património. No entanto, e para sua surpresa, teve conhecimento que existe um projeto em que existem algumas entidades que terão assinado um protocolo e a União de Freguesias ficou afastada deste projeto e não compreende porquê. Mais referiu que poderão haver justificações para este facto e terá de as aceitar, mas manifesta o seu desagrado, uma vez que a União de Freguesias tem sido um parceiro ativo na manutenção e melhoria daquele local, nomeadamente o Parque de Merendas, bem como nas rotas e percursos pedestres e, por isso não compreende porque é que não foi convidada a ser parceiro neste processo.

--- O vogal César Dias iniciou a sua intervenção referindo que se realizou no Carvoeiro uma reunião com os proprietários de terrenos rústicos para esclarecimentos sobre os projetos das AIGP para o Concelho de Mação, que considera ter sido muito importante e a qual teve mais de 100 participantes, alguns até de outras freguesias do nosso concelho.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e referindo que é com agrado que esta Assembleia regressa ao Salão Nobre da Câmara. Continuou a sua intervenção agradecendo as palavras da vogal Carla Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro e referindo que tomou boa nota da referência à estrada do Aziral, onde as bermas necessitam efetivamente de intervenção e que, pelas suas características, é uma estrada difícil de manter em boas condições. Relativamente à ETAR do Carvoeiro, referiu que a informação que tem é que houve uma empresa que apresentou uma proposta dentro dos valores do concurso e que, em princípio, será adjudicado a essa empresa e as coisas poderão estar finalmente, no bom caminho para se resolve aquele problema tão premente que o Concelho e a freguesia de Carvoeiro têm. Em relação às questões do vogal António Reis, informou que a intenção da Câmara é que seja possível inaugurar as piscinas descobertas por altura da Feira Mostra e estarem abertas para este verão, apesar de haverem algumas condicionantes, este é um objetivo que ainda não está colocado de lado e o mês de maio será decisivo para se atingir esse objetivo. Mais informou que a prancha de saltos da piscina é para manter, bem como aqueles bancos laterais de forma a manter o máximo possível a traça original da piscina que todos nós tão bem conhecemos. No que diz respeito à intervenção do vogal José António Almeida e no que foi dito sobre a obra do

Cine Teatro, referiu que considera que é uma obra que foi muito bem conseguida, um espaço muito digno que o concelho de Mação fica e que, conforme foi referido, há agora um trabalho importante para fazer, no sentido de podermos tirar o devido partido daquele equipamento. Relativamente à descentralização de competências na área da Educação, efetivamente, desde o dia 1 de abril que a Câmara tem a responsabilidade nesta área, já houve uma primeira reunião com alguns trabalhadores, haverá uma outra reunião em breve, para clarificar algumas situações que podem estar menos claras e causar algum tipo de apreensão nalgumas pessoas. Mais referiu que também tem a sua opinião sobre este assunto que é conhecida de todos mas cumpriu a lei, num processo que está muito longe de estar bem resolvido, chamando a atenção para o negócio que as Câmaras fizeram, quando estamos a receber verbas com custos padrão de 2018 e o preço a que está hoje, por exemplo, a energia elétrica, passados 4 anos. Isto é seguramente um grande negócio para o Estado mas há de ser um péssimo negócio para as autarquias. Mais referiu que, ainda sobre a decisão, em concreto, na área da Educação, o Decreto-Lei prevê a descentralização de uma série de competências para a esfera jurídica da Câmara e algumas que o Presidente da Câmara pode delegar no Diretor do Agrupamento de Escolas e é isso que irá fazer, ainda esta semana, um despacho de delegação de competências de grande parte das competências que agora que agora são suas e que pode delegar, legá-las no Diretor do Agrupamento de Escolas no sentido de ser uma transição o mais pacífica possível e também dentro daquele princípio que sempre enunciou, de que não se queria imiscuir, nomeadamente naquilo que é odia a dia do Agrupamento e da gestão que é feita, esperando que os gastos que eram feitos até agora continuem uniformes daqui para a frente, pois se as coisas correram bem até agora num determinado modelo, não fará sentido que daqui para a frente não funcionem e, além disso, tem também a garantia do Diretor do Agrupamento que assim será e não haverá qualquer tipo de excessos.

Em relação à intervenção do vogal Daniel Jana e à questão da creche, referiu que a competência não é da Câmara mas sim da Santa Casa da Misericórdia de Mação, no entanto tem conhecimento que o processo não avançou da forma que estavam a prever, por razões internas da instituição, mas aquilo que sempre transmitiu foi a disponibilidade da Câmara para ajudar a ultrapassar

alguns problemas ou obstáculos que pudessem vir a surgir. Mais referiu que o projeto era ambicioso, havia financiamento, mas o mesmo não aconteceu. Relativamente à questão da dificuldade das pessoas em terem lugar na creche para os seus filhos é, realmente, um assunto que volta e meia surge, e não é de agora, podia haver mais uma ou outra solução e também é verdade que, se a Câmara puder contribuir para a solução do problema, assim o fará, mas há uma opção que, eventualmente, teremos de tomar, que é a Câmara poder avançar para uma creche municipal, o que considera que não se justifica, quando temos uma resposta social no concelho, com um número considerável de postos de trabalho afetos a essa resposta e poderia haver aqui, quase que uma concorrência, ou então, a haver uma resposta municipal, a mesma fosse nos mesmos parâmetros que existe da creche da Santa Casa da Misericórdia. Mais referiu que tem de ter algum cuidado a falar deste assunto pois faz parte dos Órgãos Sociais da Misericórdia mas considera que é, efetivamente, um assunto que, mais cedo ou mais tarde, vai ter de ser conversado entre as duas entidades. Referiu ainda que também é verdade que, hoje, está regulamentada a função das amas e a Câmara tem apoios específicos para as amas e que pode ser uma oportunidade para algumas pessoas que sintam alguma vontade e apetência para esse tipo de função.

Relativamente à questão da inflação e dos apoios extraordinários para os Bombeiros e associações, referiu que, obviamente que a Câmara está atenta e preocupada com essa situação, pelas IPSS's, pelas associações e pela própria Câmara pois já estamos a sentir um aumento de custos na área da eletricidade e na área dos combustíveis e, não é preciso fazer grandes contas para se perceber o impacto financeiro que isso tem, objetivamente, também na Câmara e que vai obrigar a repensar algumas questões pois ainda hoje foi tornado público que, até 2024, nada disto vai voltar, sequer parecido, ao que era. Mais referiu que vamos ter mais um mandato atribulado por causa disto e o Sr. Presidente da União de Freguesias referiu a questão dos estradões e nesse sentido deve imaginar o que seria duas máquinas, diariamente, nos estradões, a consumirem combustível a 2,00€ / litro, se esta situação seria sustentável, ou sendo, teria de deixar de se fazer outras coisas e deixar de dar outros apoios pois todos têm de perceber que não se pode fazer tudo, os recursos não chegam para tudo, têm de se fazer opções e é necessário compreender isto.

No entanto, a Câmara não se vai por de fora relativamente a esta situação, mas tem de analisar e ponderar para conseguir conciliar tudo isto num ano em que, com a aprovação do Orçamento Geral do Estado, vamos ter uma quebra de receita de 660.000,00€ no Orçamento Municipal.

Em relação à questão da Agenda Cultural para o Cine Teatro, referiu que a Câmara tem essa obrigação e está consciente desse facto e também conta com o apoio e dinamismo de outros, nomeadamente das associações. Lançou um desafio aos presentes, nomeadamente aos que têm mais sensibilidade para esta área, no sentido de poderem usar e usufruírem daquele espaço.

No que concerne à questão do interior, referiu que é um assunto interessante sobre o qual pensa com frequência, e pensa que, apesar de tudo, na sua ação enquanto Presidente da Câmara, tem tentado fazer e demonstrar que esse retrato não é totalmente fidedigno porque também, às vezes, é verdade que não é muito fácil arranjar e fazer só por fazer, só para dizer que se faz, é preciso encontrar formas para poder potenciar os territórios mais recônditos ou mais esquecidos e considera que isso tem sido feito, nomeadamente no apoio que a Câmara tem dado às associações locais, na recuperação dos seus equipamentos. Mais referiu que compreendeu que aquilo que o vogal Daniel Jana referiu era um pouco mais além, era sobre a fixação de pessoas, e a Câmara só pode dar um exemplo, que é a urbanização que tem em Envendos e que foi assumida para resolver um problema que existia, mas considera que faz sentido esta recomendação, no sentido de ter mais cuidado nessa matéria e esta questão pode estar interligada com a questão sobre habitação que o vogal José Fernando Martins colocou.

Relativamente às questões do vogal José Fernando Martins, Presidente da União de Freguesias, e em relação às placas dos estradões florestais, agradeceu o alerta pois não tinha conhecimento desta matéria e vai transmitir a informação a quem de direito, pois quer que as coisas fiquem em condições. Em relação à Tejo Ambiente, referiu que teve conhecimento da questão da carta enviada, acompanhou o assunto, falou com algumas pessoas e considera que, efetivamente a carta enviada não foi feliz, considerando que houve ali um assinar de cruz por parte do Diretor Geral que não devia ter sido feito e devia ter havido ali uma maior sensibilidade, mas considera que não foi intenso chamar caloteiros, até porque não é disso que se trata porque a Tejo Ambiente

estava a par da situação que existia no Concelho de Mação e está a par, porque lhe foi transmitido, que as IPSS's não irão pagar nada do que estava para trás, a Câmara ou a Tejo Ambiente assumirão essas responsabilidades, e daí para a frente é outra coisa e prende-se com a questão sobre que tipo de apoio é que a Câmara vai dar para acomodar, para já, estes grandes incrementos de custos que as IPSS's vão ter e que mais tarde ou mais cedo vão ter de os assumir na totalidade e a Câmara terá de analisar politicamente até onde é que poderá ir, pois uma coisa é o que está para trás e outra coisa é o que está para a frente e esta foi a conversa que teve com a Presidente da Administração e com o Diretor Geral da Tejo Ambiente. No que diz respeito à limpeza dos terrenos da urbanização junto à Escola, informou que a Câmara está a limpar aqueles terrenos porque estava previsto no contrato assinado, ainda pelo Sr. Elvino, em 2010, com a família Mirrado, que os terrenos seriam entregues limpos e aquilo que está a ser feito é a regularização dos terrenos e aproveitou-se para dar uma limpeza geral na urbanização e a mesma ter um aspeto mais digno. Assim, o que está a ser feito decorre dos contratos assinados e a Câmara foi notificada por aqueles proprietários para fazer a limpeza dos lotes porque era isso que estava acordado e é isso que a Câmara está a fazer. Mais informou que as infraestruturas existentes na urbanização terão de ser postas em condições, nomeadamente a parte elétrica pois grande parte dela foi vandalizada e roubada e, portanto, a Câmara vai ter de resolver a questão. Relativamente à questão da habitação no Concelho de Mação, referiu que existem casas para arrendar, lotes de terreno para vender e casas para vender, mas os preços é que podem não ser adequados à realidade sócio - económica do nosso Concelho, mas entramos no domínio da propriedade privada e cada um pede o que entender pelas suas propriedades, mas isso não quer dizer que a Câmara não tenha que ter atenção a estas questões e pode tentar fazer alguma intervenção no mercado para tentar baixar o preço, mas vamos ter cerca de 70 lotes só na sede do Concelho, portanto, não podemos dizer que não há, pode é haver uma desadequação entre aquilo que as pessoas querem pagar e aquilo que os proprietários querem para vender ou arrendar e considera que é preciso por as coisas em perspetiva. Mais informou que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, a Câmara não tem previsto nenhuma construção de habitação social ou a custos controlados, mas é algo

que vai propor, que se possa fazer uma alteração na Estratégia Local de Habitação para podermos construir, pelo menos um prédio, para habitação a custos controlados pois considera que faz sentido que a Câmara o possa fazer para algum tipo de pessoas que, manifestamente, não têm condições para o mercado de arrendamento tradicional e do qual estamos a falar. Informou ainda que, no âmbito da Estratégia Territorial Integrada do Pinhal Interior Norte e Sul, uma das áreas que foi muito focada e que tem lá verba, esperamos nós, suficiente, foi a questão da habitação, nomeadamente daquelas casas que estão vazias, que é transversal a todos estes territórios, milhares e milhares de casas e, portanto, o Concelho vai ter aí oportunidade para haver verbas para as próprias Câmaras adquirirem, recuperarem e colocarem essas casas no mercado, nomeadamente nas aldeias e não tanto nas sedes de concelho.

Relativamente à questão da renovação do parque eólico informou que sim e que foi colocada agora, nesta fase uma verba de 50.000,00€ e posteriormente será mais uma verba de 50.000,00€ para a empresa assumir obras de carácter social e cultural daquela área pois só faz sentido ser gasto naquela zona das Corgas e do Brejo e é isso que está a ser feito. Mais informou que existe uma medida que é o projeto “Renovação de Aldeias”, na Pinhal Maior, e outras entidades a nível nacional, e o que se está ali a tentar fazer é dinamizar aquela zona através da recuperação dos moinhos e não só e estão a ser feitos Contratos de Comodato com aqueles proprietários para permitir a intervenção naquele local e reabilitar tudo aquilo e é intenção da Câmara que aquele dinheiro que a Finerge tem para disponibilizar, possa ser utilizado naquele local. Referiu ainda que, se a União de Freguesias não foi chamada a falar sobre o assunto, provavelmente já devia ter sido e considera que faz todo o sentido que possa ser. Mais referiu que, sobre este assunto, existe uma rubrica que está sempre no Plano de Atividades para os trilhos, desde 2003 ou 2004, que já tinha muito desta ambição pois já na altura o Sr. Vereador António Louro andava a falar neste assunto e encontrou-se agora uma oportunidade de concretizar esta matéria e está convicto que a União de Freguesias não ficará fora deste processo e deixa uma palavra de felicitação à União de Freguesias pelos investimentos que estão a ser feitos no Brejo.

Relativamente às AIGP, referidas pelo vogal César Dias, referiu que o Sr. Vereador António Louro já iniciou as reuniões com as populações que, no seu

entender, são extraordinariamente importantes pois considera que as coisas começam a ser perceptíveis para as pessoas. Mais referiu que o Carvoeiro é um território difícil para se conseguir implementar este projeto e considera que foi bom estas reuniões terem começado logo pelos territórios mais difíceis porque as pessoas não estão muito disponíveis para este efeito, felizmente para o Carvoeiro, foi a primeira vez que ardeu com gravidade e o Município tem agora a oportunidade e os mecanismos para tentar resolver estes problemas que espera possamos vir a conseguir.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou que estão a decorrer as obras de requalificação na Escola Básica e Secundária de Mação e também no Pavilhão Municipal José Maia Marques, obras de reabilitação, substituição de cobertura, melhoramentos de balneários e condições de acessibilidade para deficientes e espera que estas obras estejam concluídas até final do verão para que tudo esteja em condições no início do próximo ano letivo. Mais informou que está também a decorrer a obra de requalificação das Piscinas Municipais descobertas e que espera estar concluída no final do mês de junho. Informou também que a Casa do Cidadão de Cardigos tem a obra concluída, mas faltam ainda alguns equipamentos e espera que a mesma possa ser inaugurada em maio.

Terminou referindo que a Feira Mostra se vai realizar nos dias 29 e 30 de junho e 1, 2 e 3 de julho de 2022 e deixa um agradecimento às associações do concelho, quer aquelas que vão ter espaços de restauração, quer aquelas que vão realizar atividades pois, na reunião realizada com as mesmas, se notou em todas elas uma grande vontade de fazer coisas e de colaborar, facto que lhe agrada e, acredita que há boas condições para termos um bom certame.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Eleição dos representantes das Freguesias para a Comissão de Gestão de Fogos Florestais;**

O Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara tem de criar a sua Comissão de Gestão dos Fogos Florestais e, nesse sentido, é necessário que a Assembleia Municipal possa eleger os representantes das Freguesias, que podem ir até dois representantes das freguesias do concelho.

O Sr. Presidente da Mesa recebeu uma proposta da bancada do PSD e da bancada do PS, denominada “Lista A” que contém os seguintes nomes:

- Carlos Leitão, Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos
- José Fernando Martins, Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo entrado 21 votos e tendo a lista A tido 19 votos e 2 votos brancos.

Foi eleito para representante da Assembleia Municipal na Comissão de Gestão de Fogos Florestais os vogais Carlos Leitão, Presidente da Freguesia de Cardigos e José Fernando Martins, Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Eleição dos representantes das Freguesias para o Conselho Municipal de Educação;**

O Sr. Presidente da Câmara informou que, nos termos do Regulamento do Conselho Municipal de Educação que está em vigor desde 2014, deverá ser eleito um representante das freguesias para o referido Conselho Municipal de Educação.

O Sr. Presidente da Mesa recebeu uma proposta da bancada do PSD, denominada “Lista A” que contém os seguintes nomes:

- Carla Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro

A bancada do PS não apresentou proposta.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo entrado 21 votos e tendo a lista A tido 12 votos, 8 votos brancos e 1 voto nulo.

Foi eleito para representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação, a vogal Carla Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2021;**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que considera que os documentos apresentados são suficientemente explícitos, quer relativamente àquilo que foi a atividade desenvolvida pela Câmara, quer também pela gestão financeira e pela situação económico-financeira do Município. Continuou a sua intervenção referindo que, no entendimento do executivo, 2021 foi um ano extremamente positivo, relativamente àquilo que foi a ação da Câmara durante o ano e, se compararem aquilo que foi a apresentação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2021 com este relatório e com aquilo que foi executado, chegarão facilmente à conclusão que, grande parte daquilo que eram os principais objetivos que o executivo tinha em mente atingir, conseguiu fazê-lo. Continuou referindo que, nas mais diversas áreas, que vêm devidamente explicitadas nos documentos, independentemente de algum tipo de constrangimentos que vivemos durante o ano, assumindo também algum tipo de insucessos, que também são verdade, foi um ano globalmente muito positivo em termos da concretização dos objetivos a que se tinham proposto, tendo sido, por isso, fieis aos compromissos que tinham assumido com a população do concelho, quer em sede do anterior mandato autárquico, quer também em sede deste Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 e, estamos por isso, muito confortáveis com a apresentação destas Contas e deste Relatório, até porque, também as contas indicam uma boa saúde financeira por parte da Câmara Municipal de Mação, com capacidade para honrar os seus compromissos a tempo e horas e sem recorrer a mecanismos que tinha ao seu dispor para ter fundos para fazer face às suas despesas e, portanto, considera que é importante deixar esta nota para que todos tenham esta firme convicção que é também a convicção do executivo. Mais referiu que o Relatório é fiel àquilo que foi o cumprimento dos objetivos do executivo, para o ano de 2021, que foram quase todos alcançados, e mais do que isso, foram feitos com as contas certas e com os pagamentos a tempo e horas, honrando o bom nome da Câmara Municipal de Mação. Referiu ainda que, conforme foi prática no mandato anterior, o executivo tinha delimitadas

algumas áreas de intervenção mais prioritária e, de forma sucinta destacou, em cada uma dessas áreas, os seguintes aspetos:

- Na Inovação e Ação Social referiu que foi um ano complicado, como é bom de ver, com a pandemia do covid 19, o que obrigou a que a Câmara tivesse uma intervenção mais presente junto de alguns setores da nossa população e de algumas entidades do nosso concelho, nomeadamente IPSS's, onde a Câmara conseguiu dar um conjunto de apoios importantes para ajudar a ultrapassar alguns problemas que iam tendo e, para além disso, foram mantidos todos os apoios sociais que foram sendo hábito no nosso concelho. Referiu que foi atingido o grande objetivo que o executivo tinha, que era o funcionamento do CACI, então CAO, com a conclusão da obra e com o início da atividade daquela resposta social, em setembro de 2021, que foi um momento com algum impacto no nosso concelho. Mais referiu que estão a decorrer projetos de inovação social no concelho, que têm tido o apoio da Câmara.

- Em termos da Educação e Cultura, referiu que foi também muito positivo, o executivo atingiu os objetivos a que se tinha proposto, começou a tratar dos procedimentos para a reabilitação da Escola Secundária e do Pavilhão Municipal José Maia Marques, foram concluídas as obras do Cine Teatro, a requalificação do campo de jogos da EB1+JI de Mação, a conclusão da reabilitação da EB1+JI de Cardigos, foram lançados procedimentos que, infelizmente ficaram desertos mas que estão agora no bom caminho, para a reabilitação do piso inferior do Museu. Por outro lado, a Câmara tentou manter alguma atividade cultural, muito condicionada, quase impossibilitada, fruto do covid 19 e, portanto, esse objetivo não foi completamente conseguido, mas estivemos presentes em candidaturas que foram lançadas com o objetivo de mitigar os problemas que o sector cultural do país estava a viver, fruto da pandemia e considera que também aqui foi um ano produtivo, onde, de uma forma muito clara, foi possível também, á comunidade escolar, ter o acompanhamento por parte da Câmara, que tem sido habitual.

- Relativamente ao Empreendedorismo, considera que os nossos empresários e empreendedores não têm grandes razões de queixa daquilo que foi o apoio da Câmara, nomeadamente através do Gabinete Empreendedor, no sentido de sermos facilitadores dos seus objetivos e daquilo que são os seus anseios, nomeadamente, em termos de candidaturas aos sistemas de incentivo, pois

temos tido uma cada vez maior proximidade junto dos empresários, nomeadamente aqueles que têm estado no Centro de Negócios, mas não só, para respondermos àquilo que são os seus anseios, havendo hoje uma comunicação muito mais fluída, no sentido de facilitar essa interação. Mais referiu que foi também com agrado que a Câmara verificou a instalação de mais 3 empresas, 2 na Zona Industrial de Mação e uma na Zona Industrial de Cardigos, verificando-se algum dinamismo nessas áreas, bem como os projetos, já referidos, da produção de cannabis para fins medicinais, que esperamos que possam vir a contribuir com algum importante desenvolvimento para o nosso concelho.

- Na Floresta e Sistema Agro Florestal, referiu o processo de arranque das AIGP's, tendo o Concelho de Mação 9 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem aprovadas, das quais 4 estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Mação e, portanto, temos aqui, nesta altura, instrumentos fundamentais para podermos ajudar a resolver o problema da sustentabilidade do nosso território, nomeadamente em matéria de incêndios, mas não só. Mais referiu que, durante o ano de 2021, foi feita a preparação destas candidaturas, que foram aprovadas e os contratos estão assinados e compete-nos agora ir junto das pessoas e tentar fazer com que elas percebam a mais valia da adesão a esta nova realidade que dependerá, em grande medida dos cidadãos e dos proprietários perceberem se vale ou não vale a pena arriscar, se vale ou não vale a pena agregarem-se ou se, pelo contrário, acharem que as coisas estão bem como estão.

Em relação à Valorização dos nossos Recursos referiu que nem tudo correu conforme previsto, efetivamente não conseguimos reabilitar a zona da Barca da Amieira, na Freguesia de Envendos, nem a requalificação da Praia Fluvial de Ortiga, basicamente por questões de incompatibilidade orçamental entre aquilo que eram as previsões e expectativas da Câmara e aquilo que foram os preços apresentados pelos eventuais concorrentes. Mais referiu que espera que possa, durante este ano, ser ultrapassado e estamos em via disso, nomeadamente na Praia Fluvial de Ortiga, onde está a arrancar a obra de requalificação, pelo menos a primeira fase e também a Barca da Amieira, para a qual já temos um orçamento mais compatível com aquilo que são as expectativas da Câmara. Referiu ainda que, quanto ao resto, considera que foi

um ano importante, onde o nosso concelho teve muitas e muitas pessoas presentes, temos de ter sempre bem presente esta realidade, que foi muito fruto da pandemia, que fez com que as pessoas redescobrissem estes territórios, evitando ir para outras paragens e considera que compete à Câmara tudo fazer para que este hábito, que agora foi criado, não tenha sido esporádico, só nestes dois anos e que, pelo contrário, se possa manter. Referiu ainda que há muito a fazer nesta matéria e vai muito para além daquilo que é o esforço que a Câmara, Juntas de Freguesia e outras entidades possam fazer e os agentes económicos na área da restauração e hotelaria têm aqui um papel fundamental para que as coisas corram bem. Referiu ainda o Protocolo celebrado com a Associação das Rotas de Mação, do qual fazem parte muitas mais entidades e onde a Câmara tem tentado cumprir, no sentido de dotar o concelho de variadíssimas rotas, que possam ajudar a potenciar o nosso território. Destacou ainda a conclusão dos Passadiços de Ortiga, que considera um projeto de valor.

Relativamente à Reabilitação e Manutenção das Infraestruturas e Património referiu a requalificação do Cine Teatro Municipal, as requalificações urbanas em Penhascoso e Aboboreira, a requalificação na Freguesia de Amêndoa, o início da requalificação das piscinas descobertas, o Largo dos Combatentes, variadíssimas intervenções um pouco por todo o território do nosso concelho, que permitem hoje ter muito melhores condições de circulação, de valorização do espaço público, de dignificação dos arruamentos e considera importante fazer esta referência pois a mesma, dificilmente admite prova em contrário pois as coisas estão à vista de todos.

Em relação aos Serviços Municipais deixou uma nota de agradecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal de Mação, de uma forma maioritária, trabalharam muito e bem, no sentido de ser possível responder aos anseios da população e cumprirmos os nossos objetivos, num ano difícil, num ano marcado pela pandemia, onde as pessoas perceberam a necessidade de estarem na Câmara, a trabalhar, não foi usual o teletrabalho e também não foi por isso que se verificaram situações difíceis nessa área, as pessoas “vestiram a camisola”, e por isso deixa esse realce. Mais referiu que foi um ano em que não tivemos, de todo, os serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, água e saneamento, estando instalada a nova realidade da Câmara e pensa que não

voltará para trás. Referiu ainda que tem havido um decréscimo de trabalhadores muito significativo ao longo dos últimos anos e, já este ano a Câmara teve um decréscimo significativo do número de trabalhadores, essencialmente por aposentações e, conforme é referido no documento, considera que não faz qualquer tipo de sentido que esta Câmara volte a ser aquela Câmara que foi no passado e, no seu entender, deverá ser uma Câmara cada vez mais enxuta e com menos pessoas.

Relativamente às Contas, considera que a Câmara tem uma situação muito equilibrada e isso está espelhado nos documentos e no parecer do ROC. Referiu que a Câmara teve uma taxa global de execução da receita de mais de 87%, da receita corrente, mais de 96% e da receita de capital de 62%. Na despesa, uma taxa global de execução de despesa 68%, na despesa de capital 66% e na despesa corrente 70%, tendo tido uma taxa de execução global da receita de 87%, que é um dado importante e que podia por a Câmara sob o olhar do Tribunal de Contas, se não tivessem sido atingidos os 85%, mas felizmente, a Câmara tem atingido todos os anos uma taxa de execução da receita superior, tendo sido no ano passado de 86,25%. Mais referiu que a Câmara tem um saldo entre a receita e da despesa de mais de três milhões de euros, o que pensa ser um dado muito importante e relativo, que já foi alvo de Revisão Orçamental deste Saldo de Gerência. Referiu ainda que a Câmara tem um total de despesa paga de mais de 11,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 8,42%, relativamente a 2020. Referiu ainda que 97,5% da despesa corrente comprometida, foi paga durante o exercício do ano e 99% da despesa de capital, comprometida durante o ano, foi paga. Informou que o valor da poupança corrente da Câmara foi de 2,7 milhões de euros e esta evolução da poupança reflete-se de 2018 a 2021, tendo sido de novecentos e oitenta e oito mil euros, em 2018.

Terminou referindo que, conforme também é referido nos documentos, a Câmara tem uma capacidade de endividamento de superior a 12 milhões de euros, no ano transato foi utilizado um pouco mais de cem mil euros do empréstimo e, portanto, a Câmara ficou com 1,8 milhões de euros disponíveis para endividamento, sem qualquer tipo de problemas e sem violar a lei. Informou ainda que, à data de 31 de dezembro, a Câmara tinha mais de 3.2 milhões de euros em saldos bancários. Considera estes números muito

confortáveis, mas que não devem distrair o executivo, do essencial pois os tempos que vamos ter pela frente vão ser extraordinariamente difíceis e vão obrigar a algum tipo de alterações naquilo que têm sido os apoios da Câmara e não só, porque há dados que não é possível controlar e que são claros, nomeadamente a quebra de receitas via Orçamento de Estado, que é uma evidência, a assunção de responsabilidades na descentralização de competências, que vai causar problemas à Câmara e esforço financeiro, a médio prazo, ou seja, a Câmara tem cada vez menos receita e cada vez mais responsabilidades, que são muito evidentes, umas mais claras que outras, e para as quais não temos qualquer tipo de suporte financeiro para fazer face às mesmas. E termina referindo que pensa haver boas condições e bons argumentos para que estes documentos de prestação de contas sejam aprovados.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à apresentação das percentagens da execução da despesa e da receita, o Sr. Presidente da Câmara utilizou a palavra poupança algumas vezes e quer registar aqui que, efetivamente, a Câmara conseguiu arrecadar receita acima daquilo que estava previsto, mas não conseguiu executar despesa e é do conhecimento de todos que haviam compromissos assumidos para este Orçamento que não foram executados durante o ano de 2021 e que transitaram para este ano, considera que, mesmo assim, a taxa de execução da despesa deveria ser mais elevado, mais arrojado, no que toca aos problemas e necessidades que ainda vamos sentindo no concelho. Considera que o valor da poupança poderia ter sido mais utilizado, porque não temos todos os problemas resolvidos e, havendo esta verba disponível de cerca de três milhões de euros, porque transitou de ano, poder-se-ia ter ido, de alguma forma, muito mais além, nalguns investimentos que falta fazer no concelho. Mais referiu que, por outro lado, e relativamente a despesas com pessoal, solicitou informação sobre se a pequena redução de despesas com pessoal se deve a redução de pessoas e solicitou também informação sobre a razão da diferença da despesa com pessoal realizada e a despesa paga, que é inferior.

--- O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e congratulando-se por a Assembleia Municipal de Mação voltar a realizar-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação. Continuou a sua

intervenção felicitando a Câmara pelas Contas apresentadas, referindo que esta é uma Câmara que executa bem e, neste ano tão difícil, e apesar de não ter conseguido executar tudo aquilo a que se tinha proposto, conseguiu executar mais de 87%. Mais referiu que o Orçamento que a Câmara apresentou é praticamente igual ao seu Relatório de Contas, enquanto noutros sítios o Orçamento é uma fantasia e depois a Câmara faz o que quer, aqui faz-se o que está no Orçamento, não se conseguiu fazer tudo, é verdade, houve projetos que não foram executados por falta de empresas concorrentes para os fazer ou outras realidades que surgiram, mas este nível de execução não se pode deixar de realçar. Continuou a sua intervenção referindo que deve realçar o facto de a Câmara de Mação estar, há vários anos a esta parte, a ter uma política de reabilitação do edificado urbano, municipal e não só, verificando-se que Mação não tem muitos mamarrachos, e não tem edifícios públicos novos, com uma arquitetura fora da realidade do concelho, tendo recuperado edifícios importantes como o antigo quartel dos Bombeiros, o Cine Teatro recuperado, que está como novo, mas que mantém o traçado original e respeita a tradição local e, enquanto houver edifícios para recuperar não vale a pena fazer coisas novas, pois é assim que se protege o nosso património. Referiu ainda que, nestas contas há também algo que todos gostavam de ter, Governo e outras autarquias, que é ter uma redução de dívida desta natureza, ter as contas pagas a trinta dias e até menos e considera que isso deve ser salientado. Terminou referindo que a bancada do PSD considera que é uma estratégia consolidada, de redução de dívida, de melhoria da apresentação das contas e, hoje em dia temos uma Câmara ainda mais saudável, com nível de investimento bem feito e a maioria que a Câmara obteve nas eleições é justa perante estas contas porque não vale a pena gastar só por gastar, pois já percebemos que, se outros estivessem nessa posição, não sobrava nada e Portugal é um país que, se calhar, devia ter poupado, quando podia, para que agora pudesse dar mais às pessoas e não nos obrigar a pagar tantos impostos nos combustíveis, no gás, etc.

---O vogal António Reis iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara pela boa apresentação dos documentos, apesar de considerar que alguns mapas do mesmo estão pequenos e dificultam um pouco a sua leitura e solicita alteração dos mesmos num próximo documento. Continua referindo que a Câmara teve

um bom desempenho social, nos diversos apoios às instituições. Continuou solicitando informação sobre se a passagem dos serviços de águas e saneamento para a Tejo Ambiente afetou muito ou pouco as contas da Câmara. Solicitou ainda informação sobre se, com a nova legislação, não há um mapa de pessoal com outras atividades. Termina referindo que, nas despesas de investimento não vêm discriminadas as estradas que foram intervencionadas.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que há duas palavras que resumem aquilo que pode ser dito sobre os documentos apresentados, e que são clareza e rigor. Considera que os documentos são muito claros e rigorosas, conforme é referido no parecer do Revisor Oficial de Contas. Mais referiu que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que 2021 foi um ano positivo e a documentação apresentada sublinha esse ano positivo, porque os principais objetivos foram cumpridos, aquilo que, em substância, era importante para o concelho concretizou-se e houve algo também importante que é o respeito por aquilo que foram as âncoras apresentadas em sede de campanha eleitoral e em sede de Plano de Atividades, havendo um respeito absoluto por aquilo que foram os compromissos assumidos, não tendo havido desvios de substância naquilo que foram esses compromissos. Mais referiu que se vê também, pela documentação apresentada, uma grande transversalidade, quer em termos de território, quer em termos de áreas de intervenção. Referiu ainda que, em termos de execução, mais uma vez se vê uma execução muito generosa e que, eventualmente, só não foi ainda mais eficaz e mais eficiente dado os condicionalismos que todos conhecemos, num ano com tanta limitação, com tanto constrangimento, com tanta asfixia, apresentar uma taxa de execução com este valor. Considerou importante sublinhar o facto da apresentação de 97% da despesa paga no ano em curso pois é um valor assinalável, ficando apenas uma despesa residual de menos de 3% por pagar, que é algo que deve ser bem sublinhado. Termina referindo que vê muitas dificuldades em não votar favoravelmente esta prestação de contas.

---O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção agradecendo todas as intervenções. Continuou referindo que, relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins, respeita a questão referida sobre a Câmara ter podido

fazer mais, pois, no limite, é sempre possível fazer mais, também algumas verbas que recebemos e que, neste momento estão a ser gastas em projetos que estavam em curso, nomeadamente na área florestal, que tem aqui alguma importância, outras verbas recebidas que também tinham a ver com projetos já desenvolvidos e foram fundos comunitários que chegaram entretanto, e tudo isso tem a sua influência, mas há uma questão que tem a ver com questões de limites e de capacidade da própria Câmara ter acompanhamento para fazer as coisas, tudo ao mesmo tempo. Mais referiu que 2021 até era um ano eleitoral em que o executivo se podia “esticar” mais, portanto, se há prova mais evidente que não houve eleitoralismo na gestão do executivo, são estes resultados, mas respeita a opinião do vogal José Fernando Martins, considerando que se pode sempre fazer mais, mas considera importante ter os pés assentes na terra pois a Câmara por vezes tem constrangimentos orçamentais, de cabimentação, de capacidade de realização, de capacidade de acompanhamento das obras e, portanto, o executivo sabe onde há lacunas, onde as coisas podem melhorar mas se não foram gastos 10 ou 15 mil euros na Barca da Amieira foi por terem entendido que fazia sentido não os gastar e também o valor da orçamentação da intervenção da Praia Fluvial de Ortiga foi porque houve o entendimento que não valia a pena estar ali a fazer só por fazer, mas respeita o critério diferente. Relativamente às despesas com pessoal e o que falta pagar, referiu que não tem a certeza, mas presume que sejam horas extraordinárias, ajudas de custo, despesas deste género que já estavam processadas, mas ainda não tinham sido pagas.

Relativamente à questão levantada pelo vogal Duarte Marques relacionada com os edifícios que a Câmara já reabilitou, referiu que a Câmara vai continuar a reabilitar edifícios, nomeadamente o piso inferior do Museu e o executivo tem a ambição de ter um Arquivo Municipal e, ainda não avançou porque está à espera da oportunidade ideal para não se construir um edifício novo para o efeito e estão a ser ponderadas algumas situações, precisamente na perspectiva de reabilitação de algo que possa, efetivamente, ser importante dar essa reabilitação.

Relativamente à questão do vogal António Reis, informou que a questão da Tejo Ambiente teve reflexos positivos nas contas da Câmara, porque não deixamos de ter grande parte dos trabalhadores mas a Câmara deixou de ter

os custos inerentes a combustível que se gastava com as viaturas a circular diariamente nestes serviços, mas teve, por outro lado, reflexos muito grandes na receita, sendo a diferença da receita de venda de bens e serviços de mais de um milhão de euros a menos nessa receita, pelo que houve um equilíbrio nessa matéria. Apresentou as suas desculpas por alguns mapas dos documentos estarem um pouco ilegíveis. Em relação à discriminação das obras e do valor das mesmas, referiu que, de facto não está tudo discriminado e relativamente ao mapa de pessoal com outras atividades, referiu que pensa não ser já obrigatório, mas a Câmara, na última Assembleia Municipal, forneceu à bancada do Partido Socialista a informação sobre acumulação de funções, conforme tinha sido solicitado.

Em relação à intervenção do vogal José António Almeida, partilha da opinião do mesmo, o executivo tentou ser claro, rigoroso e muito fiel aos compromissos assumidos. Mais referiu que não se verificaram grandes desvios mas sabe que, num mandato de 4 anos é muito normal que oportunidades surjam, que outras não seja possível concretizar e também, durante um ano, as coisas não correm da forma que o executivo perspectiva, da forma que quer fazer, os objetivos que tem, muitas vezes por falta de capacidade própria para o fazer, seja financeira, seja também dos próprios serviços, é uma coisa que assume e a responsabilidade máxima é, naturalmente, do Presidente da Câmara.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove abstenções, os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2021. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas;**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que o parecer do Revisor Oficial de Contas reflete, grosso modo, aquilo que também referiu, e que alguns membros da Assembleia referiram, a boa saúde financeira da Câmara, mas também reflete outra coisa, que assume, que é a persistência de alguns erros que continuam a existir, que não desvirtuam em nada aquilo que é o resultado final das contas. Mais referiu que a questão patrimonial está em

muito boa evolução, tendo em conta o ponto de partida, mas que, conforme o Revisor Oficial de Contas já tem referido, é algo de muito transversal a muitas Câmaras Municipais e, por isso, há sempre aqui uma melhoria contínua que é necessário a Câmara ter, que depende dos serviços, mas também que os políticos façam com que as coisas melhorem e os serviços melhorem.

---O vogal José Fernando Martins referiu que existem situações referidas no parecer do Revisor Oficial de Contas que são recorrentes, mas acredita que exista o esforço, por parte dos dirigentes, no sentido de se irem corrigindo essas situações, pois algumas situações são recorrentes, ano após ano e que o Sr. Presidente da Câmara já referiu e assumiu.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6). Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Consulta Prévia para o Fornecimento Continuado de Gás propano a Granel – Lote 3 – ao Abrigo do Acordo – Quadro da CIMT;**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou informando que o que aqui é proposto resulta das necessidades para consumo de gás no Pavilhão Municipal José Maia Marques, nas Piscinas Municipais Cobertas e no Campo de Futebol Agostinho Pereira Carreira. Mais informou que foi necessário lançar este procedimento, situação essa que, hoje em dia não é muito fácil de gerir, tendo em conta as incertezas nos mercados e na economia mundial no que diz respeito aos combustíveis, nomeadamente ao gás. Mais referiu que, assim sendo, e tendo a estimativa da possibilidade de recorrer ao Acordo Quadro celebrado pela CIMT, o qual fixava condições comerciais mais vantajosas, visto que o mesmo foi celebrado antes da atual situação económica mundial, no que aos preços diz respeito, vamos tentar, através desse Acordo Quadro, fazer uma consulta prévia às entidades que, na altura, concorreram ao Acordo Quadro, para tentar beneficiar das condições comerciais estabelecidas no mesmo e, se conseguirmos, poderemos estar a minimizar um pouco o agravamento dos custos que se verificaram nas últimas semanas, desde que a guerra começou.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar o início do procedimento nº 36/2022 –, Consulta Prévia para o Fornecimento Continuado de Gás Propano a

Granel – Lote 3, recorrendo ao procedimento de Consulta Prévia ao abrigo do “Acordo Quadro de Gás da Central de Compras da CIMT”, aprovar o Edital, a minuta do Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos e autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, num valor total de 172.200,00 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Deliberou ainda, por unanimidade nomear o júri proposto para a condução do procedimento e nomear o Gestor de Contrato para a execução do mesmo e a delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara para a prestação de esclarecimentos e direção do procedimento.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Circuitos por Lotes destinados ao Transporte de Alunos – Ano letivo 2022/2023;**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que este ponto tem algo em comum com o anterior, pois grande parte do custo de produção deste serviço, transportes escolares, terá a ver também com os combustíveis que as viaturas gastam e, assim sendo, há a necessidade de fazer um ajuste ao preço que a Câmara estava a pagar ao quilómetro. Mais referiu que a primeira prioridade da Câmara é conseguir deslocar os alunos através dos circuitos rodoviários de passageiros existentes no território, pois existem carreiras regulares de passageiros, as quais necessitam que os alunos as usem para não darem tanto prejuízo, assim, todos os locais onde existam as referidas carreiras, de uma forma direta ou através de circuitos de ligação, que temos em Cardigos, Amêndoa, Envendos, pretendemos deslocar os alunos de algumas aldeias para o circuito rodoviário de passageiros público e dessa forma poupar algum dinheiro, evitando a criação de circuitos especiais e dar um pouco mais de rendimento às carreiras públicas. Mais informou que estão previstos e são propostos sete lotes, à semelhança do ano letivo em curso, tudo é muito parecido e os lotes foram feitos por estimativa dos alunos que deverão estar matriculados, para o ano, nas nossas escolas. Informou ainda que é ainda proposto um aumento de 25% ao quilómetro para fazer face ao aumento dos custos de produção, ou seja, um aumento de 1,70€ para 2,15€ / quilómetro. Terminou referindo que, além dos circuitos realizados por quem

ganhar o concurso, as carreiras regulares de passageiros que vêm desde Mouriscas, Queixoperra, Mação e Ortiga, Mação e Cardigos, Amêndoa, Chão de Lopes, Chão de Codes, Mação e uma outra de Envendos para Mação, existe ainda um outro serviço que está a ser prestado pela Câmara de Mação, de Venda Nova, Carvoeiro, para Mação e outro de Aldeia de Eiras, Castelo, para Mação. Informou ainda que continua a existir neste procedimento o mecanismo de ajuste, quer seja do número de quilómetros, ou do número de alunos consoante o número de alunos que, efetivamente, se venham a matricular no próximo ano letivo.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar o início do procedimento para Circuitos por Lotes destinados ao Transporte de Alunos – Ano letivo 2022/2023, aprovar o Edital, a minuta do Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos. Deliberou ainda, por unanimidade nomear o júri proposto para a condução do procedimento e nomear o Gestor de Contrato para a execução do mesmo e a delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara para a prestação de esclarecimentos e direção do procedimento. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta de abertura de procedimento para Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga;**

O Sr. Vereador Vasco Marques informou que este é um pequeno concurso a nível temporal, é para quatro meses, é para dar resposta a este verão pois muito brevemente irão começar as obras de requalificação da Praia Fluvial de Ortiga, obras essas que não irão colocar em causa o funcionamento da Praia nem do Bar, tendo sido devidamente salvaguardada essa matéria. Mais referiu que, após o verão e terminada a intervenção naquele local, cá estaremos de novo para analisar e debater esta temática. Considera que seria muito importante, tendo em conta que estamos a desconfinar, tendo em conta aquele, que entende, ter sido um sucesso no verão passado na Praia Fluvial de Ortiga, que se mantenha o embalamento pois parar um ano seria muito prejudicial para a Ortiga e para o Concelho de Mação e, por isso, solicita

aprovação deste procedimento, que visa somente este verão e, depois das obras, no futuro, decidiremos o que fazer com aquele espaço.

---A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que não é só o verão que se aproxima a passos rápidos, também o investimento dos Passadiços, o Parque de Campismo e todo aquele espaço com a Praia Fluvial de Ortiga, que as pessoas procuram noutras épocas também, não só no verão e não têm resposta, e por isso considera que este concurso já vem tarde, é bom mesmo que as coisas sejam ultrapassadas e claro que estão a favor deste procedimento, mas consideram que só peca por tardio.

---O vogal José Fernando Martins questiona sobre que obras é que vão ser feitas na Praia Fluvial de Ortiga.

---O Sr. Vereador Vasco Marques informou que a Praia Fluvial de Ortiga já há algum tempo que carecia de uma intervenção, não são obras muito relevantes, mas é a requalificação do espaço exterior, nomeadamente o estacionamento, e é também necessário aumentar a potência do quadro elétrico pois com muitas máquinas ligadas, o quadro não aguentava e não dava resposta às necessidades verificadas nos últimos verões, por isso tem de se mudar toda a instalação elétrica, tem de ser feita uma renovação no serviço de esgotos, tendo em conta a falta de desnível verificado entre as instalações sanitárias e a fossa existente, e também a zona da praia e os telheiros vão levar um jeitinho para ficarem melhor. Mais referiu que também se pretende dar uma certa ligação e fazer entender que é uma zona única através de pintura do solo e dos passeios, entre os Passadiços, o Parque de Campismo e a Praia Fluvial porque, na verdade todos esses serviços podem ser vistos como um único serviço e, para tal, bastará que exista sinalética com pintura de chão e que os passeios estejam preparados para que as pessoas, ao chegarem ali, percebam que estão num local único. Não é uma grande obra mas é disto que se trata.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar o início do procedimento nº 39/2022 – Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga, aprovar o Edital, a minuta do Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos. Deliberou ainda, por unanimidade nomear o júri proposto para a condução do procedimento e nomear o Gestor de Contrato para a execução do

mesmo e a delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara para a prestação de esclarecimentos e direção do procedimento.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: 9) **Análise dos documentos da Prestação Anual de Contas 2021 - TEJO AMBIENTE**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção que a Tejo Ambiente tem de apresentar as suas contas à Assembleia Municipal para que a mesma tenha conhecimento da situação económico-financeira da empresa, e como é bom de ver, essa situação melhorou relativamente ao ano transato, mas está longe de conseguir ter o equilíbrio financeiro desejado e veremos se em 2022 será possível já aproximar-se muito desse equilíbrio que é necessário ter. Mais referiu que o ano de 2021 traduziu-se num resultado negativo de 895.000,00€, que compara com mais de 2,2 milhões de euros de 2020. Mais referiu que este problema terá de ser resolvido e que irá impor uma injeção de capital por parte dos acionistas, também da Câmara Municipal de Mação, de cerca de 97.000,00€, que irá ser discutido em reunião de Câmara, mas é bom ter nota de que estamos num processo de alguma evolução positiva, mas ainda longe de se conseguir o equilíbrio que é necessário ter e a empresa terá de fazer um caminho que não é fácil, para encontrar o equilíbrio, obrigará, seguramente, a outras medidas, sob pena do projeto poder ruir, porque não pode, indefinidamente, continuar a acumular prejuízos atrás de prejuízos.

---O vogal Duarte Marques intervém para referir que, relativamente ao preço que a Tejo Ambiente compra a água à EPAL, a Câmara e a CIMT deveriam tentar, junto deste Ministro que se volte ao modelo anterior, que foi alterado em 2015, em que o custo da interioridade era distribuído por todos os utilizadores e não como é agora.

O Sr. Presidente referiu que essa é uma boa questão que a ERSAR não quer ouvir falar, pois já esteve numa reunião com a Direção da Tejo Ambiente com a ERSAR para sensibilizar relativamente a esse assunto e a resposta foi que são políticas do Governo e que a ERSAR não se mete. Considera que a ERSAR, que é a Entidade Reguladora deveria ter uma posição pois esta discrepância do valor que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo capta a água a pouca distância do nosso concelho e depois o valor a que vende a água à Tejo Ambiente, é uma coisa verdadeiramente absurda pois captam a água a 9 cêntimos e depois

vendem a valores de 30, 40 ou 50 cêntimos, dependendo do local. Mas há também a questão dos resíduos sólidos urbanos, que mudou também neste novo modelo e a Tejo Ambiente paga muito mais à Valnor do que uma empresa numa cidade grande, mas é este o país que temos e paga-se o preço da interioridade e estes custos também estão refletidos nas contas da Tejo Ambiente.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

